

## REQUERIMENTO Nº /2015

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para que este providencie, no prazo previsto pela Carta Política de 1988, as informações abaixo requeridas.

A Associação **Cartas Abertas**, entidade da sociedade civil, que tem entre seus objetivos fomentar a transparência, o acesso à informação e o controle social, fez circular, em 22.01.2015, notícia eletrônica, assinada por Dyelle Menezes, sob o título “*Presidência liderou gastos do governo com publicidade no ano passado*”. ([www.cartasabertas.com.br/website/arquivos/10493](http://www.cartasabertas.com.br/website/arquivos/10493))

Extraímos o excerto abaixo para dar a conhecer seu teor:

*“A Presidência da República ocupou o topo dos gastos com publicidade da administração federal. No ano que fechou o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, os desembolsos em campanha chegaram a R\$ 210,9 milhões. Os gastos do órgão superaram Pastas com propostas importantes do setor, como o Ministério da Saúde, responsável por campanhas que promovem informação ao cidadão sobre os direitos de acesso aos serviços de saúde. A maior parcela dos gastos da Presidência foi destinada à publicidade institucional, que tem como meta a divulgação de informações sobre atos, obras e programas governamentais. Essa categoria de despesa somou R\$ 161,7 milhões da verba utilizada pela Presidência.”*

Como a matéria teve repercussão em blogs e sites, e as discussões extrapolaram esses sítios e outras ferramentas eletrônicas da internet, veio-nos a preocupação quanto aos gastos com publicidade, a motivar-nos a formular as seguintes indagações:

- a) Qual foi o gasto total com publicidade do governo federal (incluindo, administração direta, indireta, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e autarquias) nos últimos cinco anos?
- b) Quais foram os meios de comunicação beneficiados e quanto recebeu cada um desses veículos de comunicação? (dividido por tipo de mídia e estado da federação)
- c) Como se deu – e se dá - a seleção dos meios de comunicação que fizeram/fazem a divulgação das peças publicitárias do governo federal? Quais foram as agências contratadas? Como se deram essas contratações? (processo seletivo adotado).
- d) Qual a projeção de gastos, anualmente, para o período 2015-2018?

SF/15603.11430-96  


- e) Desse total, qual foi o montante destinado aos meios de comunicação do Estado do Amapá? Quais foram os meios de comunicação contemplados? Quais foram os valores destinados para cada veículo de comunicação?
- f) Qual a previsão de destinação de recursos para publicidade, através de empresas de comunicação do Estado do Amapá, para 2015? Quais os meios de comunicação eleitos para receberem esses recursos?
- g) Qual foi o total de gastos com a publicidade institucional (divulgação de atos e programas governamentais)? Favor discriminá-los, por pasta ministerial.
- h) Qual foi o total de gastos com a publicidade de utilidade pública (orientação da população)? Favor discriminá-los, por pasta ministerial.
- i) Qual foi o total de gastos com serviços de publicidade legal, isto é, aqueles que por força de lei devem ser divulgados?
- j) Qual foi o total de gastos com campanhas institucionais? Quais os meios de comunicação eleitos para essas campanhas? Quais foram essas campanhas e quanto custou cada uma? Favor discriminá-los, por pasta ministerial.
- k) Quais foram os gastos com publicidade mercadologica, isto é, promoção de produtos e serviços de entidades e sociedades controladas pela União? Qual o valor total desses gastos? Quais foram os serviços e produtos publicizados? Quanto custou cada publicidade? Quais os meios eleitos?

Com amparo Constitucional, estas são as indagações que esperamos ver respondidas, contemplando ano a ano o período compreendido entre 2010 – 2014, salvo naqueles questionamentos que estabelecem outra periodicidade.

Sala das Sessões, 25 de março de 2015.

Senador **Davi Alcolumbre**  
DEMOCRATAS/AP